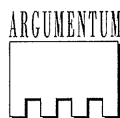


ARQUITETURA TRADICIONAL NO MEDITERRÂNEO OCIDENTAL

1.º Congresso Internacional

TRADITIONAL ARCHITECTURE IN THE WESTERN MEDITERRANEAN

1st International Conference



- 9 DUAS PALAVRAS PRÉVIAS Cláudio Torres
- 11 PREFÁCIO PREFACE João Guerreiro
- 13 AS MORADAS DE CASAS DO NÚCLEO INTRAMUROS DE MÉRTOLA: UMA LEITURA PRELIMINAR DA ARQUITETURA DOMÉSTICA ENTRE O FINAL DO ANTIGO REGIME E O INÍCIO DO SÉCULO XX Miguel Reimão Costa
- ORADORES CONVIDADOS KEYNOTE SPEAKERS
- 22 ENTRE COMPÉTENCE D'ÉDIFIER ET PRATIQUES ANTHROPOLOGIQUES SPÉCIFIQUES. SAUVETAGE DES ARCHITECTURES DE LATLAS ET DES OASIS DU MAROC Salima Naji
- 32 MÉRTOLA E O ESPAÇO DOMÉSTICO NO GHARB AL-ANDALUS Cláudio Torres
- 38 TIPOLOGIE DELL'ABITARE. IPOTESI EVOLUTIVE E QUADRO METODOLOGICO Gincarlo Cataldi
- COMUNICAÇÕES PROCEEDINGS
- PAINEL 1 | ARQUITETURA, LUGAR E ASSENTAMENTO
ARCHITECTURE, PLACE AND SETTLEMENT
- 50 CORTIJOS, HACIENDAS Y LAGARES. ESTUDIO INVENTARIO DE LAS GRANDES EXPLOTACIONES AGRARIAS EN ANDALUCÍA. METODOLOGÍA Y RESULTADOS EN EL SECTOR SURESTE DE SEVILLA Guillermo Pavón Torrejón
- 55 LA ARQUITECTURA DE PIZARRA DE LA SIERRA NORTE DE LA PROVINCIA DE GUADALAJARA Antonio Miguel Trallero Sanz
- 58 O CASO DO EDIFÍCIO REPUBLICANO DO CASTELINHO DOS MOUROS (ALCOUTIM) – UM EXEMPLO DE ARQUITETURA MEDITERRÂNICA NO BAIXO GUADIANA? Alexandra Gradim, Gerald Grabherr, Barbara Kainrath, Karl Oberhofer, Thomas Schierl e Felix Teichner
- 62 HABITAT NÓMADA: A IMATERIALIDADE DO ESPAÇO – TIPOLOGIA ZERO Victor Mestre
- PAINEL 2 | ARQUITETURA, LUGAR E CONSTRUÇÃO
ARCHITECTURE, PLACE AND CONSTRUCTION
- 66 CONTRIBUTO PARA UMA HISTÓRIA DA CONSTRUÇÃO: AS PAREDES MESTRAS – DA ARQUEOLOGIA À ARQUITETURA TRADICIONAL DE MÉRTOLA Maria de Fátima Palma, Susana Gómez Martínez, Virgílio Lopes, Miguel Reimão Costa e Cláudio Torres
- 71 ARQUITETURA TRADICIONAL NA SICÍLIA: IDENTIDADE LOCAL E CARÁCTER DE PERTENÇA À MATRIZ MEDITERRÂNICA DO DAMMUSO DE PANTELLERIA Filipe González e Onofrio Veca
- 74 A ABOBADILHA ALENTEJANA EM HABITAÇÕES DE TAIPA EM VIDIGUEIRA Norberto Alexandre Rocha Fialho
- 78 ARQUITETURA VERNÁCULA NO SUDOESTE ALGARVIO. UMA CONTRIBUIÇÃO PARA A CONSERVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE DA ARQUITETURA Guilherme Leotte Quintino
- 83 AS CASAS DOS SALINEIROS Maria Fernandes e Margarida Donas Botto
- PAINEL 3 | ARQUITETURA E PAISAGEM
ARCHITECTURE AND LANDSCAPE
- 86 PÃO E CONSTRUÇÃO. A PAISAGEM CONSTRUÍDA REPRESENTADA POR MÉRTOLA, NO ÚLTIMO QUARTEL DO SÉCULO XX Fernando Varanda
- 90 OS PERCURSOS ENQUANTO ESTRUTURAS ARQUITETÓNICAS TRADICIONAIS DA PAISAGEM MEDITERRÂNICA: O CASO DAS AZINHAGAS DE LISBOA Desidério Batista
- 95 ARQUITETURA TRADICIONAL E PAISAGEM NO LITORAL ALENTEJANO Cláudia de Oliveira Calado Gaspar

100 **SISTEMAS DE REAPROVEITAMENTO DE ÁGUA DE NASCENTE PARA REGA E MOAGEM ASSOCIADOS À GRANDE PROPRIEDADE DO ANTIGO REGIME NO BARROCAL ALGARVIO**
Marco Barão

104 **OS POMBAIS TRADICIONAIS: ARQUITETURA VERNACULAR, ECOLOGIA E CONSERVAÇÃO**
Teresa Nóvoa e Nuno Martins

PAINEL 4 | ARQUITETURA E MORFOLOGIA URBANA
ARCHITECTURE AND URBAN MORPHOLOGY

108 **ECOS MEDITERRÂNICOS NO URBANISMO E NA ARQUITETURA DA FUZETA**
Mafalda Batista Pacheco e João Vieira Caldas

114 **THE RESONANCE OF COURTYARD IN THE TRADITIONAL MEDITERRANEAN CITY FABRIC CASE STUDY: COURTYARD HOUSE IN THE MEDINA OF TRIPOLI**
Mustafa Mezughi and Nadya Gabriel

118 **ECOS DE PATRIMÓNIO NA SALVAGUARDA ARQUEOLÓGICA DE IMÓVEL NO LARGO DA SÉ VELHA OU REVELAÇÕES DE UMA CASA QUINHENTISTA EM COIMBRA**
Sara Oliveira Almeida

123 **IDENTIDADE E TRANSFORMAÇÃO – BASE PARA UMA INTERVENÇÃO NO NÚCLEO URBANO DE ESTOI, ALGARVE, PORTUGAL** Patrícia Malobbia

128 **A CASA EM LAGOS, SUL DE PORTUGAL, A PARTIR DA DOCUMENTAÇÃO SETECENTISTA**
Daniela Sofia Nunes Pereira

PAINEL 5 | ARQUITETURA E REPRESENTAÇÃO
ARCHITECTURE AND REPRESENTATION

132 **ORNAMENTAÇÃO NA ARQUITETURA TRADICIONAL DA REGIÃO DO ALGARVE: O CONTRIBUTO DOS ORNATOS DE RELEVO E DOS TRABALHOS DE MASSA NOS REVESTIMENTOS ARQUITETÓNICOS E NA IDENTIDADE DA SUA ARQUITETURA**
Marta Santos, João Pernão, José Aguiar e Miguel Reimão Costa

137 **AS ALDEIAS DA EXPOSIÇÃO DO MUNDO PORTUGUÊS (1940): ARQUITETURA POPULAR E IDÍLIO RURAL NO ESTADO NOVO** Vítor Ribeiro, José Aguiar e Miguel Reimão Costa

142 **EL BARRIO DE BENALÚA Y SU IMPORTANCIA EN EL CONTEXTO URBANÍSTICO Y ARQUITECTÓNICO DEL ALICANTE DE ENTRE SIGLOS** Pablo Sánchez Izquierdo

146 **LA ZAOUÏA CHADHOULIA: MORPHOLOGIE SPATIALE ET EXPRESSION SYMBOLIQUE**
Ghada Chater et Mounir Dhouib

150 **LES ORATOIRES DE LA MOYENNE VALLÉE DU NEFFIS: EXEMPLE VERNACULAIRE D'ART ET D'ARCHITECTURE RELIGIEUX BERBÈRES DU HAUT-ATLAS OCCIDENTAL** Youseff Khiara

PAINEL 6 | UMA LEITURA PROSPETIVA
A PROSPECTIVE READING

154 **PERMANENCIAS Y MUTACIONES: CARTOGRAFÍAS PARA LA PUESTA EN VALOR DEL PATRIMONIO RURAL ARQUITECTÓNICO DEL TERRITORIO DE MÉRTOLA**
Victoria Domínguez Ruiz

158 **CASA PÁTIO: UMA INTERPRETAÇÃO DE OSCAR NIEMEYER** Eneida Kuchpil

162 **SOBRE LA RE-DEFINICIÓN DEL ESPACIO DOMÉSTICO: RE-HABITAR UN CORRAL DE VECINOS**
Francisco Javier López Rivera

167 **TAIPA CONTEMPORÂNEA. ALEXANDRE BASTOS – CRIATIVIDADE E MATURIDADE**
Filipe Jorge

170 **O QUE FAZER COM A ARQUITETURA TRADICIONAL HOJE**
José Manuel Pedreirinho e Ana Paula Batista

A CASA EM LAGOS, SUL DE PORTUGAL, A PARTIR DA DOCUMENTAÇÃO SETECENTISTA

Daniela Sofia Nunes Pereira

Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades, CIDEHUS

Universidade de Évora

dani_sofia@hotmail.com

Palavras-chave Lagos, século XVIII, urbanismo, casa

1. Introdução

O estudo sobre a habitação setecentista de Lagos que ora se expõe baseia-se em dois tipos de documentação: as Escrituras de Aforamento, Compra ou Venda e os Autos de Vistoria e Medição que constam no Livro do Tombo da Santa Casa da Misericórdia de Lagos. No primeiro tipo de documentação, a habitação é apresentada sem grandes pormenores explicando apenas a sua localização no espaço urbano, as construções que lhe estão anexas, cita os proprietários e os herdeiros, indica o número de divisões e aponta a tipologia arquitectónica (casa térrea, casa alta ou sobradada, casa com torre, cabana); geralmente, como estes documentos não apresentam as medições do imóvel, a presença de adjetivos como “casinha”, “torrinha” e “altinha” servem para fazer referência à dimensão da moradia ou partes dela.

No segundo tipo, a explicação da casa surge acompanhada pelas medidas de todas as divisões e, quando este existia, das do quintal. O objetivo da Misericórdia era o de controlar os seus bens e, para tal, as “casas” eram periodicamente vistoriadas e medidas para averiguar se o interior da propriedade fora modificado e, com isso, aumentar o preço do foro.

Nestas fontes, a palavra casa é usada tanto para fazer referência à totalidade da habitação como para aludir a uma divisão, tal como consta definida no dicionário de Língua Portuguesa composto pelo padre D. Rafael Bluteau, “*Casa: morada de casas, edifício, em que vive uma família com seus moveis, & alfayas, amparada das injurias do tempo. Domvs, fem. Aedes Fem, Tectum, este ultimo, propriamente significa o telhado & o que cobre a casa, mas muitas vezes toma pela casa mesma. Peça, ou parte do edificio, aposento*” (Bluteau, 1712-1728, vol. 2: 172-173).

2. A casa térrea

Encontram-se casas térreas na maior parte das ruas de Lagos, por vezes contíguas a casas altas, sendo rara a sua presença em torno dos principais espaços públicos, como nas praças da Ribeira dos Touros e do Cano e ao longo da rua Direita. Para Lagos foi possível apurar, pelo menos, sete subcategorias de casas térreas: desde a habitação com apenas uma divisão até à casa constituída por sete compartimentos. Nas residências mais pequenas o uso do espaço revela-se polivalente. No entanto, algumas cartas de aforamento, compra ou venda evidenciam a criação de subdivisões dentro da casa, pelo menos entre a zona de dormir e a área onde decorriam os trabalhos domésticos, com recurso à construção de paredes, que podiam ser em pedra, tabique ou em tecido, como demonstra o seguinte excerto: “[...] *umas casas térreas na rua que*

vai para o Jogo da bolla que constam de casa dianteira e uma câmara com parede no meio que a divide em duas [...]” (Escritura..., 1734: fl.101).

Quando a casa térrea possuía mais de uma divisão estas dispunham-se, geralmente, no sentido longitudinal. A primeira divisão é denominada “casa dianteira”, por se situar logo à entrada, depois, quando existiam, seguiam-se a cozinha e, no fundo, o quintal, também quando existia, conforme se pode constatar no seguinte trecho: “[...] *era uma morada de casas térreas sítas na rua do Curral, desta cidade, as quais constam de uma casa dianteira, uma alcova e uma cozinha, com seu quintal e sua parreira [...]*” (Escritura..., 1772: fls. 93-93v). Nalguns casos, a casa dianteira podia corresponder à largura da fachada ou incluir uma alcova, como se denota quando o medidor refere que *não entrou nesta medição o vão da alcova*. O facto de a alcova não ser alvo de medições pode ter a ver com o seu tamanho reduzido. Por norma, trata-se de uma reentrância (o vão) aberto nas paredes da casa dianteira. Já a câmara, que tem a mesma função da alcova, que era espaço para dormir, diferencia-se desta por ser de maior dimensão, com capacidade para incluir alguns móveis de quarto, como são os armários. A alcova ou *alcoba*, como a define Rafael Bluteau, “*deriva do arabaico cuba que vale o mesmo que cova, he na parte de hum aposento mais recolhido, hum lugar abrigado, em que está o leito*” (Bluteau, 1712-1728, vol.1: 226).

No interior, a comunicação entre os espaços apresenta-se de diferentes formas. A circulação pela casa podia ser de umas divisões para as outras ou através de um corredor: “[...] *umas casas térreas na rua de São Sebastião que constam de cinco casas e um corredor e um quintal e um poço [...]*” (Escritura..., 1755: fl. 66). A existência de um corredor denuncia uma maior complexidade na estrutura interna da habitação, posto que este elemento de articulação implicava o estudo da sua posição, se lateral ou central, que antecedia a idealização da casa.

Algumas escrituras pormenorizam mais a descrição do quintal que da própria casa, apresentando por vezes o tipo e a quantidade de árvores, que se encontravam plantadas no quintal: “[...] *uma casa térrea com seu quintal e a metade de um poço, com sua laranjeira e ameixeira [...]*” (Escritura..., 1780: fl.72v). Esta contabilização poderá estar relacionada com o valor do foro ou da venda que era atribuído não apenas à casa, mas aos produtos cultivados nesse pedaço de terreno, representando um suplemento nos rendimentos normais do morador. Também no quintal, para além de existirem breves referências aos poços, muitas vezes compartilhado pela casa contígua, são ainda identificadas certas construções, como *uma casa de olaria*

ou a casa de fora. Quando a casa térrea possui um quintal este pode ser três vezes maior que o espaço construído.

3. A casa alta

Nas Escrituras de Aforamento, Compra ou Venda, a casa alta (ou sobradada) significa uma habitação com dois pisos (Rodrigues, 2010: 138). A descrição destes edifícios varia justamente consoante o número de divisões internas de que se compõe a casa. Quando o piso baixo é igual em dimensão e em número de compartimentos ao piso superior o tabelião apenas refere “uma casa alta com quatro altos e quatro baixos”. Mas quando não existe igualdade na divisão dos pisos os documentos apresentam a casa deste modo: *três casas baixas e duas altas* ou *duas casas baixas e três altas*.

Tal como a casa térrea, a casa alta encontra-se em várias artérias da cidade mas concentrando-se mais nos espaços públicos. Também ela apresenta inúmeras subcategorias que se determinam pelo número de compartimentos que possui. Assim, conseguimos apurar casas altas com apenas uma divisão em baixo e outra divisão em cima, ambas com a mesma proporção, até à casa com “quinze altos e doze baixos”. A diferença mais evidente que se observa entre a casa alta e a casa térrea é a existência de compartimentos com funções específicas. Para além da casa dianteira, cozinha e alcova, a casa sobradada possui sala, quarto, estrado, dispensa e comedor, como se verifica no seguinte trecho: “[...] e tem a segunda casa que se chama de estrado com cinco varas e quatro palmos de comprimento, e de largura quatro varas e dois palmos, e outra casa que chamam de comedor, aonde está a cozinha, tem de comprimento três varas e quatro palmos e de largura vara e meia [...]” (Auto de Vistoria..., 1728: s.p).

A sala está relacionada com a vivência social. Segundo Rafael Bluteau, esta divisão trata-se de uma “casa anterior e espaçosa [e] se chama assim porque de seu quarto sae o senhor da casa” (Bluteau, 1712-1728, vol. 7: 440). O estrado é como uma sala por ser um lugar para receber visitas, ou como um quarto por ser também um espaço para dormir. No entanto, a diferença entre estes espaços resulta da forma como ele está revestido ou decorado, proporcionando assim mais conforto. Estrado é definido por Rafael Bluteau como sendo um “taboado cuberto com alcatifas, & almofadas em que as mulheres se assentão [...] nos autores latinos significa um leito, ou outra cousa semelhante, em que huma pessoa se deita a dormir” (Bluteau, 1712-1728, vol. 3: 330). Segundo Carmen Zardoya, no dicionário espanhol de Alonso de Covarrubias de 1720, o termo estrado é “el lugar o la sala cubierta con la alfombra y demás alajas del estrado, donde se sientan las mujeres y reciben a las visitas”, definição muito próxima à de Bluteau. De acordo com esta autora, a definição permite vislumbrar os conteúdos e o revestimento do compartimento: *alfombra o tapete, almofadas, taburetes o sillas baxas* que, no seu entender, são elementos de raiz presumivelmente islâmica (Abad Zardoya, 2003: 336-337).

Neste tipo de documentação deparamo-nos, igualmente, com descrições de casas mais detalhadas, exibindo os materiais e técnicas de construção aplicadas em diferentes situações, como se exemplifica com o trecho da habitação pertencente ao padre Manuel Marreiros, situada na vila adentro, próxima à Igreja Matriz: “[...] uma morada de casas que constam de quatro altos e quatro baixos, casa dianteira e câmara com seus almairos [armários], cozinha com chaminé acima e também com seus almairos e despojos e um quintalinho; todas as casas são lajeadas; os portais são de pedra lisa, as portas são de madeira de castanho, os altos constam ter a escada de pedra de

cantaria e todo de abobada, no cimo tem duas portas: uma para a cozinha e tem chaminé em cima com seus almairos e depois a sua varanda; e outra porta para a sala e esta tem uma janela de sacada de pedra lisa e todos os mais portins das ditas casas; e suas câmaras com seus almairos; os sobrados todos são de abobada e lajeados e paredes das ditas casas são todos de pedra e cal; e tem o seu quintal com um tanque grande para a água que lhe vem encanada da rua com quinze árvores de fruto e outras pequenas com suas parreiras, com a parede do quintal de doze palmos de alto com sua beira de telha em roda [...]” (Escritura..., 1761: fl. 25).

A indicação de que a escada externa é de cantaria (talhada) é reveladora de uma casa de nobre e pretende distingui-la das escadas que são construídas em pedra tosca ou até mesmo em madeira. O mesmo se aplica à menção das pedras lisas em contraposição à pedra lavrada (decorada) ou de alvenaria ordinária. Ao referir que as portas são de castanho está a realçar uma das madeiras mais apreciáveis na época. A compartimentação das divisões em pedra e cal difere das paredes em tabique ou em tecido, que mencionámos para as casas térreas.

Os tetos abobadados do piso superior são sintoma de uma construção erudita. Nesta casa, todos os compartimentos merecem a mesma atenção pelo facto de serem igualmente lajeados. A indicação da laje serve também para fazer a diferenciação de outros tipos de pavimentação, como em madeira, cimento, seixos, ou em terra batida, que seria o mais generalizado (Santos: 2010: 120-136; 292-296).

Nesta habitação não existe comunicação entre os andares, que se deduz pela alusão a uma escadaria externa que dá acesso ao piso superior. Além de que a existência das mesmas divisões em cima e em baixo permite pressupor que esta casa se destinaria a ser habitada por duas famílias. Quando o uso do piso inferior não é o residencial a documentação indica a existência de lojas, que influenciariam no preço do foro a pagar anualmente: “[...] e bem assim são umas casas sobradadas com suas logeas, que estão na vila adentro [...]” (Aforamento..., 1676: fl.23).



Fig. 1 – Casa com torre em Lagos, demolida há alguns anos (Fotografia de Elena Morán)

Queremos chamar a atenção para o muro do quintal que circunda a parte fronteiria da casa. Segundo a descrição, o muro tem 12 palmos e um beirado. Estes dois elementos, o muro e o beirado, simulam a parede de uma casa térrea. Para além de delimitar a propriedade, separando-a do espaço público, pretende sobretudo criar uma fachada contínua para a rua. Este fingimento pode ser comparado com as paredes dos quintais das casas de Vila Real de Santo António.

De acordo com José Eduardo Horta Correia, enquanto os quintais não se transformavam em casas, eram simulados "rítmos da fachada [...] construídas com a mesma espessura [...] a mesma faixa de massa colorida onde assentava o beiral" (Correia, 1997: 157-159). Além disso, a altura do muro do quintal da casa do padre Manuel Marreiros é a mesma que as casas térreas da vila pombalina, que têm 12 palmos.

4. A casa com torre

A casa com torre que surge na documentação que temos vindo a analisar não pode ser associada às casas-torre nortenhas, que contemplam diversas tipologias: casas com ala residencial adossada a uma torre, casas com torre ao centro ou casas ladeadas por duas torres (Afonso, 2000: 126-127). Também não podem ser comparadas com as torres e casas torreadas que João Vieira Caldas identificou no Algarve, que se caracterizam por serem um *bloco compacto* tendencialmente quadrangular, composto por dois pisos (Caldas, 2007: 44-55).

As casas com torre de Lagos assemelham-se às casas com torre que José Manuel Fernandes apurou para as Ilhas da Madeira e Açores, cujas torres são volumes elevados, que podem conter dois ou três pisos acima do telhado da habitação (Fernandes, 1992: 188). Sobre as torrinhãs dos Açores, Vitorino Nemésio diz que "não eram verdadeiramente águas-furtadas, mas uma espécie de andar mais curto que o corpo da casa e debruçado aos quatro ventos sobre as grandes abas dos telhados que podiam até conter abertura de uma ou mais janelas" (Nemésio, 2006: 36).

Em Lagos, as torres tanto surgem em casas térreas como nas sobradadas não existindo uma clara distinção tipológica. A alusão à torre surge para descrever um elemento do corpo da casa que é mais elevado e pouco usual na tipologia edificatória (Fig. 1). O vocábulo "torre" tem, assim, a mesma importância de outros compartimentos que permitem distinguir ou valorizar umas casas relativamente a outras mais singelas, como a sala, a cozinha e a câmara.

Algumas casas possuíam mais que uma torre, como a casa do padre Domingos Gomes Rebelo, situada na Rua Direita: "[...] e tem duas torres em cima de duas câmaras com janelas para a parte do mar e com a mesma medida das câmaras [...]" (Auto de Vistoria..., 1728: s.p) (Fig. 2). Relativamente à altura que as torres poderiam atingir nada sabemos, mas não deveriam ser muito altas. Numa das cartas de aforamento escritura-se uma casa com torre à qual lhe acrescentam o adjetivo *alta ou altinha*, certamente em detrimento do tamanho normal da maioria das torres.

Todas as casas que possuíam torres parecem evidenciar uma regra comum: a torre estava sempre mais recuada em relação à rua e levantadas apenas nas divisões que se encontram a seguir à casa dianteira, como na cozinha ou na câmara. Por outro lado, não era de acesso direto, requerendo a utilização de uma escada móvel a partir da casa que lhe ficava por baixo. Aliás, quanto à função da torre cremos que ela se apresentava como um extensão das atividades desempenhadas na divisão sobre a qual se erguia. Assim, uma torre sobre a cozinha pode-

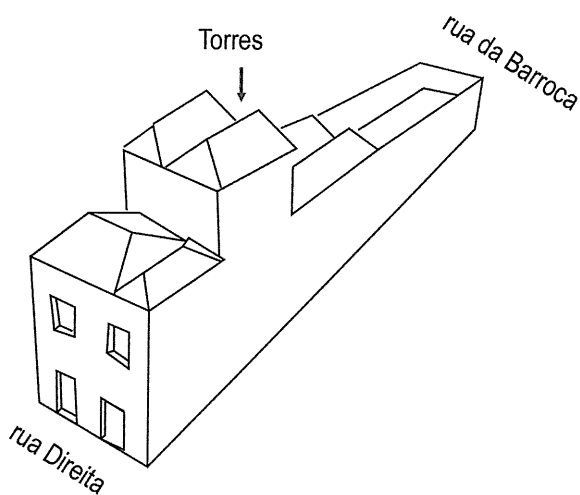


Fig. 2 – Perspectiva hipotética da casa do Padre Domingos Gomes Rebelo, segundo o Auto de Vistoria, Medição e Demarcação do Tombo da Santa Casa da Misericórdia de Lagos, em 1728 (Esboço de Pedro Barão)

ria ser usada como dispensa; sobre a câmara poderia ter a função de dormitório, como descreve Vitorino Nemésio. Tal como as torres açorianas, as de Lagos também poderiam conter janelas. No caso das casas com mais de duas torres não existia uma comunicação interna entre elas. Cada uma era acedida pela divisão que lhe estava sujeita e o acesso fazia-se, mais uma vez, através de uma escada de mão (ou escada móvel).

5. A cabana

Na documentação que temos vindo a explorar chamam-se cabanas às casas ribeirinhas. Edificadas entre o período henriquino e o manuelino, localizavam-se (antes das obras de restauro dos Monumentos Nacionais, por volta de 1955) em frente à muralha medieval. Essas casas eram espaços onde se amanhava e se transformava o peixe, como indica a seguinte passagem: "[...] uma casa chamada de cabana com duas pias de salgar peixe no sítio da Ribeira desta cidade [...]" (Carta de venda..., 1743: fl. 35.). Apesar de estes imóveis estarem relacionados com as pescas e atividades afins não podem ser comparados com as cabanas de Monte Gordo, Fuzeta ou Olhão.

Nestes lugares a pesca era sazonal e as cabanas construídas em adobe com cobertura de colmo ou palha tinham a função de guardar o material relacionado com a faina marítima, embora, pouco tempo depois, passem a funcionar também como habitação (Pacheco, 2009: 41-42). As cabanas de Lagos não correspondem, por outro lado, ao significado que Raphael Bluteau dá para as cabanas da Ribeira de Lisboa que "sam humas pequenas tendas cubertas, em que se vende peixe, hortaliça, etc." (Bluteau, 1712-1728, vol. 2: 5).

Cremos que a designação "cabana" esteja, pois, relacionada com a função que desempenha nos séculos XVII e XVIII e não apenas com a arquitetura ou materiais de construção que a caracteriza. De acordo com a documentação, as cabanas pertenciam a pessoas de estatuto social elevado, nomeadamente capitães e mestres de Campo da Praça de Lagos, que as aforavam aos habitantes que viviam das atividades marítimas.

6. Considerações finais

A documentação que explorámos permite constatar que na descrição das casas só se pormenorizavam situações que se afastavam da norma, particularizando o que era diferente. Quando essas mesmas fontes evidenciam

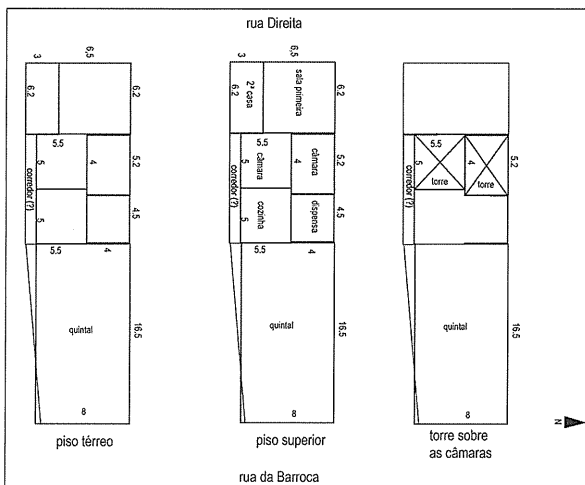


Fig. 3 - Planta hipotética da casa com torre do Padre Domingos Gomes Rebelo, segundo o Auto de Vistoria, Medição e Demarcação do Tombo da Santa Casa da Misericórdia de Lagos, em 1728 (Esboço de Pedro Barão)

a existência de uma torre, um balcão, uma varanda, um beirado, uma cozinha com sua chaminé, um quarto com suas abóbadas e armários, um quintal com poço e árvores de fruto, são como que descrições de casas que, naquela época, se distinguem das casas mais comuns, isto é, das mais simples, por possuírem elementos arquitetónicos diferentes ou nobres.

Uma consideração importante diz respeito ao restabelecimento da cidade de Lagos após o terramoto de 17 de Novembro de 1755.

As escrituras de aforamento, compra e venda produzidas após esta catástrofe evidenciam um regulamento na reconstrução da casa que impunha a conservação da feição original, que se deduz a partir da expressão "*levantadas pela correnteza*", impedindo, ao mesmo tempo, a ocupação da rua; ou quando se descrevia a tipologia que a casa tinha antes da demolição: "*uma morada de casas que constavam de dois altos e dois baixos*".

Outro aspecto que merece ser realçado e explorado é a existência de um plano para as casas dos proprietários mais abastados. O recurso ao desenho, baseado nas medidas que constam no Tombo da Misericórdia de Lagos, permite observar relações de proporção entre as diferentes divisões da casa, uma vez que apresentam módulos constantes a rondar as 5 varas (Fig. 3). O estudo da métrica dos compartimentos das habitações poderá ser uma linha de análise a desenvolver.

Bibliografia

- ABAD ZARDOYA, C. (2003). El Estrado: Continuidad de la Herencia Islámica en los interiores domésticos zara-gozanos de las primeras cortes Borbónicas (1700-1759). In *Artígrama*, 18.
- AFONSO, J. F. (2000). *A Rua das Flores no século XVI: Elementos para a história urbana do Porto quinhentista*. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.
- Aforamento em fatiota que fazem vogais e escrivão e recebedor da irmandade da Nossa Senhora do Rosá-*

rio sita na matriz desta cidade a Guiomar Francisca, viúva de Francisco Nunes, artelheiro, todos moradores desta cidade (1676). A.D.F., Cota 1724 [12 de Setembro de 1676]: fl. 23.

Auto de Vistoria, medição e demarcação e reconhecimento de um foro enfateuzim de quatro mil reis impostos nas suas casas de morada de Domingos Gomes Rebelo, pagos por dia de natal. Livro dos Foros 1 (1728). B.M.L. [3 de Agosto de 1728]: [não tem fólio numerado].

BLUTEAU, R. (1712-1728). *Vocabulário Portuguez e Latino (...) autorizado com exemplos dos melhores escritores portuguezes e latinos* (8 volumes) Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus.

CALDAS, J. V. (2007). *A arquitectura rural do Antigo Regime no Algarve*. Dissertação de Doutoramento. Lisboa: Instituto Superior Técnico.

Carta de venda de uma cabana com suas pias de salgar peixe que faz Manuel António de Almeida e sua mulher, na Ribeira, ao mestre de campo António Tavares Leotte (1743). A.D.F., Cota 1757, [21 de Fevereiro de 1743]: fl. 35.

CORREIA, J. E. H. (1997). *Vila Real de Santo António. Urbanismo e Poder na Política Pombalina*. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Arquitectura.

Escritura de aforamento a remis em dois pagamentos, de uma casa com seu quintal e câmara delas, poço e uma laranjeira, que afora Álvaro de Oliveira do Regimento desta Praça e sua mulher Joana Maria a Simão Correia, todos moradores desta cidade (1780). A.D.F., Cota 1785 [12 de Março de 1780]: fl. 72v.

Escritura de aforamento a retro que fazem o Tenente Francisco Correia Lopes e sua mulher Dona Mariana de Mendonça a Manuel Roiz, oficial de albardeiro, e sua mulher Maria dos santos de umas casas (1734). A.D.F., Cota 1738 [27 de Julho de 1734]: fl.101.

Escritura de instituição de uma capela que instituiu Manuel Marreiros desta cidade (1761). A.D.F., Cota 1777 [ano 1761]: fl. 25.

Escritura de venda que faz Joana Pereira, viúva de Afonso Freire pedreiro, moradores nesta cidade ao Capitão Bento de Azevedo Magalhães, de umas casas térreas na Rua do Curral desta cidade (1772). A.D.F., Cota 1792, [7 de Novembro de 1772]: fls. 93-93v.

Escritura de venda que fazem Porciano Joseph, cabo de esquadra reformado, e sua mulher Maurícia da Conceição, ao ajudante Belchior da Costa e sua mulher Natércia de Jesus Maria, moradores nesta cidade, de umas casas térreas na Rua do Açougue que vai para São Sebastião (1755). A.D.F., Cota 1773, [Outubro de 1755,]: fl. 66.

FERNANDES, J. M. (1992). *Cidades e Casas da Macaronésia. Evolução do Território e da Arquitectura Doméstica nas Ilhas Atlânticas sob influência Portuguesa - Quadro Histórico, do Séc. XV ao Séc. XVIII* (Vol. 1). Dissertação de Doutoramento em Arquitectura. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, Faculdade de Arquitectura.

NEMÉSIO, V. (2002). *Mau Tempo no Canal* (1.ª edição de bolso). Lisboa: Publicações D. Quixote.

PACHECO, M. B. P. (2009). *A Evolução Urbana e Arquitectónica da Fuzeta*. Dissertação de Mestrado em Arquitectura. Lisboa: Instituto Superior Técnico.

PEREIRA, D. N. (2012). *A evolução urbanística de Lagos (séculos XV-XVIII)*. Dissertação de Mestrado em História da Arte. Faro: Universidade do Algarve, FCHS.

RODRIGUES, T. A. C. (2010). *Faro na época Moderna: do urbanismo à arquitectura*. Dissertação de Mestrado em História da Arte. Faro: Universidade do Algarve, FCHS.

SANTOS, R. M. G. C. (2010). *Arqueologia da Arquitectura: perspectivas metodológicas*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia. Faro: Universidade do Algarve, FCHS.